

811 - PERCEPÇÕES DE PESSOAS COM ESTOMIA SOBRE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA APÓS O PROCESSO DE ESTOMIZAÇÃO

Tipo: ORAL - DESTAQUE

Autores: MARISA MORAES REIS (UFN), LILIANE ALVES PEREIRA (UFN), DIEGO CARLOS ZANELLA (UFN)

INTRODUÇÃO: A estomia é um procedimento cirúrgico que cria o estoma, um orifício na parede abdominal ou na traqueia, de maneira definitiva ou provisória permitindo a comunicação do meio interno do corpo com o meio externo. A cirurgia é feita como recurso para proporcionar a sobrevivência do paciente. Estima-se que existam no Brasil mais de 400 mil pessoas estomizadas. Os casos predominantes são as estomias intestinais de eliminação, do tipo colostomia, definitivas e indicadas quando alguma parte do intestino apresenta disfunção ou lesão. O perfil predominante das pessoas com estomia constitui-se por mulheres acima de 60 anos, sendo o câncer colorretal a principal causa cirúrgica(1). O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, classifica a estomia como deficiência física. Assim, o indivíduo submetido a esse tipo de procedimento passa a integrar o grupo das pessoas com deficiência, vivenciando novas dimensões de experiência corporal, emocional e social. A principal motivação para o desenvolvimento deste estudo decorre, além da vivência pessoal como pessoa com estomia, da constatação da escassez de investigações da atuação da Psicologia no campo da estomia. Diante desse panorama, coloca-se a questão norteadora: Como as pessoas com estomia percebem as mudanças vivenciadas após o processo de estomização, enquanto pessoas com deficiência? **OBJETIVO:** Refletir sobre as percepções das pessoas com estomia e sua vivência após o processo cirúrgico de estomização, sob as perspectivas da psicologia e da bioética. **MÉTODO:** Este estudo consiste em uma revisão documental. É um recorte do projeto de dissertação de mestrado. Para sua elaboração, foram analisados 46 artigos selecionados dentre os 120 que compõem o conjunto de referências do projeto original. Foram estabelecidas duas categorias: Vivência da estomia e Legislação e rede de apoio. **Vivência da estomia:** Após a cirurgia, a perda do controle esfinteriano e a dependência imposta pela bolsa coletora podem comprometer a sensação de autonomia. No período pós-operatório surge a necessidade de adaptação às alterações da imagem do próprio corpo. Trata-se de mudanças que podem ocasionar depressão, baixa autoestima e sentimentos de raiva, invalidez e incapacidade, entre outros, que podem gerar uma série de obstáculos na reintegração e ajustamento à vida familiar, social e laborativa. A estomização pode se apresentar ao indivíduo como uma mutilação incompatível com a vida social, profissional e até mesmo familiar. A redução da autoestima, provocada pela nova condição corporal, pode levar ao desenvolvimento de quadros depressivos e até mesmo ideias suicidas(2). A pessoa que se depara com a necessidade de realização de uma estomia, pode vivenciar grandes desafios psicossociais à adaptação à nova condição. A vivência da estomia, transforma a percepção que o indivíduo tem de seu próprio corpo(3). A concepção de corporeidade é retomada na Bioética de Intervenção, que articula o corpo individual com o corpo social(4). **Legislação e Rede de apoio:** A rede de apoio é elemento fundamental no processo de cuidado à pessoa com estomia e desenvolvimento de sua autonomia, através da assistência clínica, apoio psicológico e educação em saúde. A rede social de apoio constituída pela família, amigos e profissionais de saúde são fundamentais no que tange ao suporte emocional, material e nas atividades diárias, podendo ser considerados fortes aliados no enfrentamento dos obstáculos que surgem com o adoecimento. A presença do estoma reduz a autoestima, dificulta as relações sociais do indivíduo, entretanto, os pacientes que recebem acompanhamento da equipe de saúde e apoio familiar adequado, podem apresentar melhor qualidade de vida. No campo da bioética, o artigo 3º da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos estabelece que a dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser respeitados integralmente. A Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012, instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e a Portaria nº 400,

de 16 de novembro de 2009, assegura atenção integral às pessoas com estomia no âmbito da Atenção Básica. O setor de estomias integra a Rede de Atenção à Saúde (RAS), onde destaca-se a importância do enfermeiro estomaterapeuta. Sua atuação abrange todo o processo da estomização, desde o momento de sua indicação até o pós-operatório imediato e fase ambulatorial de acompanhamento. Além disso, ele atua como educador, orientando o paciente para o tratamento e autocuidado(5). **RESULTADOS:** O recebimento do estoma necessita de preparação e atendimento tanto multidisciplinar como interdisciplinar. O conhecimento sobre a rede social de apoio é importante para o cuidado às pessoas com estomias.

Para além disso, o conhecimento legal assegura às pessoas com estomia subsídios concretos para exigência e luta por seus direitos enquanto cidadãos e pessoas com deficiência. Entretanto, apesar dos avanços legislativos, persistem barreiras à participação sociocultural das pessoas com deficiência, sobretudo em razão de preconceitos e discriminações ainda presentes em diversos setores da sociedade. Diante desta situação, o atual Modelo Social da Deficiência, que foi elaborado pelas próprias pessoas com deficiência, inclusive pessoas com estomia, propõe uma ruptura com a concepção biomédica da deficiência, concebendo-a como um modo de existência que demanda reconhecimento, direitos e participação. **CONCLUSÃO:** A escassez de estudos voltados à interface entre a Psicologia e a estomia evidencia uma lacuna que precisa ser enfrentada. Nesse cenário, propõe-se a psicoestomia como uma nova abordagem na área da Psicologia, integrada com o trabalho multidisciplinar na área da saúde e voltada para o acolhimento das experiências emocionais, sociais e éticas das pessoas com estomia. Ademais, é fundamental oferecer suporte aos familiares e também às equipes de saúde que participam do processo de cuidado, promovendo uma abordagem interdisciplinar mais sensível e integral. Essa proposta busca contribuir para a qualificação do cuidado, para a construção de políticas públicas mais efetivas e para o fortalecimento de uma práxis psicológica, pautada na ética do cuidado, na alteridade e na justiça social, dentro de um contexto de atuação integrado e multidisciplinar.